



DIÁLOGOS E AÇÕES EXTENSIONISTAS TRANSFORMADORAS: O EDUCAR E O EDUCAR-SE COMO PRÁTICA DE LIBERDADE

Antônio Miranda de Oliveira¹
Layanna Giordana Bernardo Lima²
Kethlen Leite de Moura-Berto³

Um galo sozinho não tece uma manhã: ele precisará sempre de outros galos. De um que apanhe esse grito que ele e o lance a outro; de um outro galo que apanhe o grito de um galo antes e o lance a outro; e de outros galos que com muitos outros galos se cruzem os fios de sol de seus gritos de galos, para que a manhã, desde uma teia tênue, se vá tecendo, entre todos os galos.

E se encorpando em tela, entre todos, se erguendo tenda, onde entrem todos, se entretendendo para todos, no toldo (a manhã) que plana livre de armação. A Manhã, toldo de um tecido tão aéreo que, tecido, se eleva por si: luz balão.

João Cabral de Melo Neto

A epígrafe acima coloca-nos frente à função social da extensão universitária, que é promover o desenvolvimento social, fomentar ações que considerem o saber e o fazer popular, garantindo valores democráticos de igualdade de direitos, respeito à dignidade da pessoa humana, a sustentabilidade ambiental e social. Nesse sentido, é atribuição da Universidade promover extensão com a participação da comunidade, buscando difundir conhecimento científico e saber popular.

¹ Doutor em Geografia pela Universidade Federal de Uberlândia (UFU), Professor Adjunto e Líder do Grupo de Pesquisa EDURURAL. E-mail: miranda@uft.edu.br

² Doutora em Ciências pela Universidade de São Paulo (USP), Professora Adjunto IV e Vice-líder do Grupo de Pesquisa EDURURAL. E-mail: layanna@uft.edu.br

³ Doutora em Educação pela Universidade Estadual de Maringá (UEM/PR). Professora Adjunta do Curso de Graduação em Pedagogia da Universidade Federal do Tocantins - Campus Miracema. Coordenadora do Espaço Lúdico Pedagógico - CAUM. Pesquisadora no Grupo de Estudos e Pesquisa EduRural. E-mail: klmoura@mail.uft.edu.br

A universidade enquanto instituição educacional é fundada nos pilares de ensino, de pesquisa e de extensão universitária que, de forma indissociável é responsável pela formação profissional de acadêmicos e pelo fomento de ações educacionais que permitam a construção de espaços de cidadania articulados com a transformação social e ambiental; mantendo diálogo constante com a sociedade, principalmente, com a classe trabalhadora.

A extensão universitária surge na Inglaterra no século XIX denominada de *lifelong education* (educação continuada) destinada à população adulta que não tinha acesso a uma formação profissional de nível superior realizada nas Universidades (Gadotti, 2017). No Brasil, o debate acerca da extensão universitária, como conhecimento hoje, ocorreu no início da década de 1960 evidenciando a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, “[...] tomou corpo quando surgiram ações de compromisso com as classes populares, com a intencionalidade de conscientizá-las sobre seus direitos” (Gadotti, 2017, p. 1).

Na história da educação brasileira, a gênese das Universidades visava atender a formação da elite; no entanto, devido às transformações político-econômicas as instituições se adaptaram para atender aos filhos e filhas da classe trabalhadora. Com a promulgação da Constituição Federal de 1988, consagra-se o princípio da “indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão” (art. 207) e com a lei complementar a LDB n.º 9.394/1996 que estabelece a extensão universitária como uma das finalidades da Universidade (art. 43). Dessa maneira, a extensão universitária metamorfoseia-se em um instrumento de mudanças sociais e da própria instituição de ensino superior, haja vista que o saber popular e o saber acadêmico se fundem para considerar o ser humano concreto que “[...] não sabe tudo, mas, também, que não ignora tudo” (Gadotti, 2017, p. 2).

A extensão universitária é produtora de conhecimento resultante das experiências, em que diferentes sujeitos e grupos sociais se revezam nos papéis de



autores e coautores de autonomia e interdependência. Quando construídas numa relação dialógica, outros conhecimentos nascem a partir do entrelaçamento de visões de mundo semelhantes ou diferentes. E é exatamente isso que constitui a essência dessa instituição denominada universidade.

Troca de saberes acadêmico e popular que tem por consequência não só a democratização do conhecimento acadêmico, mas, igualmente, uma produção científica, tecnológica e cultural enraizada na realidade. A extensão deve influenciar o ensino e a pesquisa e não ficar isolada deles, da universidade como um todo e dos anseios da sociedade, **entre-laçando** saberes e conhecimentos (Santos, 1986, p. 35, grifo do autor).

Assim, ao explicitar o seu papel, a extensão universitária busca promover uma nova mentalidade pedagógica necessária para atender as exigências e transformações sociais. É importante avaliar que alguns conhecimentos alcançam hegemonia por algum tempo, outros conhecimentos estão presentes, ocupados, especialmente, com demandas concretas e fundamentais do cotidiano. Freire (2006, p. 27) enfatiza o papel da dimensão humana no conhecimento que exige:

[...] uma presença curiosa do sujeito em face do mundo. Requer sua ação transformadora sobre a realidade. Demanda uma busca constante. Implica em inovação e em reinvenção. Reclama a reflexão crítica de cada um sobre o ato mesmo de conhecer, pelo qual se reconhece conhecendo e, ao reconhecer-se assim, percebe o “como” de seu conhecer e os condicionamentos a que está submetido seu ato. O conhecimento ocorre quando o sujeito se apropria do aprendido e o transforma numa relação dialógica, de entrelaçamento.

A extensão universitária se constitui a partir das demandas de uma sociedade ávida por entrelaçamento de saberes, conhecimentos e experiências que no fundo buscam o rompimento dessa postura hegemônica explicitada nas diferenças de conhecimentos e cultura dominantes em nossa sociedade. Desse ponto de vista, a extensão poderá questionar o modelo de Universidade elitista em vigor bem como poderá contribuir para fortalecer diálogos que legitimam processos de democratização da universidade em suas relações com a sociedade.

É importante também considerar que a Universidade é uma das instituições que mais tem contribuído para o processo de desenvolvimento do país. Na perspectiva de Santos Júnior (2013, p.39) pois,

Vê-se o processo educacional assumindo o papel de ser responsável pela inserção e ascensão socioeconômica dos sujeitos, fato comprovado no Plano Nacional de Extensão Universitária (2001/2002) quando propõe que as Universidades públicas brasileiras são instituições criadas para atender às necessidades do país. Estão distribuídas em todo o território nacional e em toda a sua existência sempre estiveram associadas ao desenvolvimento econômico, social, cultural e político da nação, constituindo-se em espaço privilegiado para a produção e acumulação do conhecimento e a formação de profissionais cidadãos.

Obviamente que isso não nega que a Universidade foi criada e se manteve – ao longo dos séculos - com a missão da formação das elites, excluindo socialmente, culturalmente e politicamente do seu interior as classes menos favorecidas. Muita coisa tem mudado e o aprendizado do fortalecimento do diálogo democrático entre diferentes perspectivas de elaboração de saberes é uma iniciativa profícua para a democratização da universidade.

Gadotti (2000, p. 6) apresenta boa perspectiva acerca do papel do conhecimento nos tempos atuais.

O conhecimento é o grande capital da humanidade. Não é apenas o capital da transnacional que precisa dele para a inovação tecnológica. Ele é básico para a sobrevivência de todos e, por isso, não deve ser vendido ou comprado, mas sim disponibilizado a todos. Esta é a função de instituições que se dedicam ao conhecimento apoiado nos avanços tecnológicos. Espera-se que a educação do futuro seja mais democrática, menos excludente. Essa é ao mesmo tempo nossa causa e nosso desafio.

Nesse sentido, a Resolução CNE nº 7, de 18 de dezembro de 2018, é um dos principais documentos que normaliza a curricularização da extensão, pois instituiu as Diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira, regulamentando o disposto na Meta 12.7 da Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014, que aprovou o PNE e tomou outras providências.

Os Artigos 3º, 4º e 7º, da Resolução número 07 do CNE expressam elementos definidores fundamentais para tornar possível atividades de extensão em articulação com outros espaços de produção e reprodução de saberes e experiências.

Art. 3º. A Extensão na Educação Superior Brasileira é a atividade que se integra à matriz curricular e à organização da pesquisa, constituindo-se em processo interdisciplinar, político educacional, cultural, científico, tecnológico, que promove a interação transformadora entre as instituições de ensino superior e os outros setores da sociedade, por meio da produção e da aplicação do conhecimento, em articulação permanente com o ensino e a pesquisa.

Art. 4º. As atividades de extensão devem compor, no mínimo, 10% (dez por cento) do total da carga horária curricular estudantil dos cursos de graduação, as quais deverão fazer parte da matriz curricular dos cursos;

Art. 7º. São consideradas atividades de extensão as intervenções que envolvam diretamente as comunidades externas às instituições de ensino superior e que estejam vinculadas à formação do estudante, nos termos desta Resolução, e conforme normas institucionais próprias (BRASIL, 2018).

Considera-se que a universidade é um espaço importante neste processo. Chauí (2003) traz contribuições para esse debate, pois em sua perspectiva,

A universidade é uma instituição social e como tal exprime de maneira determinada a estrutura e o modo de funcionamento da sociedade como um todo. Tanto é assim que vemos no interior da instituição universitária a presença de opiniões, atitudes e projetos conflitantes que exprimem divisões e contradições da sociedade (...). A partir das revoluções sociais do século XX e com as lutas sociais e políticas desencadeadas a partir delas, a educação e a cultura passaram a ser concebidas como constitutivas da cidadania e, portanto, como direitos dos cidadãos, fazendo com que, além da vocação republicana, a universidade se tornasse também uma instituição social inseparável da ideia de democracia e de democratização do saber: seja para realizar essa ideia, seja para opor-se a ela, no correr do século XX a instituição universitária não pôde furtar-se à referência à democracia como uma ideia reguladora (Chauí, 2003, p.1).

A história da formação dessa instituição educativa chamada universidade não é a primeira vez que somos instigados a pensar acerca de suas funções numa sociedade que precisa democratizar não somente o acesso à educação e conhecimento, mas o próprio fazer da educação e do conhecimento.

Desse ponto de vista, parece que não está em jogo somente aspectos legais que permitam solucionar a inclusão de ações de extensão no currículo dos cursos de graduação, mas “também questões filosóficas e científicas e que dizem respeito à própria natureza da universidade e do trabalho” daqueles e daquelas que vivem estas relações na atualidade (Rezende, 1981). Neste sentido, não resta outra alternativa do que a de pensar novamente (se é que já pensamos) acerca da dimensão pedagógica que sustenta a extensão como trabalho educativo de nossa formação, de estudantes e demais participantes desse processo.

Pensar a dimensão pedagógica da extensão exige ter clareza dos lugares onde esta tem se efetivado ao longo da história. Um desses lugares é a Universidade. Dialogando com Wanderley (1984) acerca disso destaca-se que:

O termo universidade está ligado a muitos outros – cultura, ciência, ensino superior, pesquisa, autonomia e que devem ser conjuntamente compreendidos. (...) para compreender o que é universidade e sua situação atual há necessidade de se buscar uma visão de totalidade que apanhe as relações entre esta instituição e as estruturas e processos sociais da sociedade onde ela está inserida, que mostre como ela foi e está sendo produzida, as forças sociais que atuam nela e sobre ela, as formas de organização que assumiu no passado e as mudanças em curso, o conteúdo de suas políticas de ensino, pesquisa e extensão, os graus de autonomia, seu vínculo com o processo de democratização, as contradições que enfrenta, as carências e limitações de sua missão, o sentido de sua atuação (p. 7-8).

A citação convida os sujeitos a reafirmar o que é, como está sendo e como deveria ser a Universidade. Por isso, é elementar revisitar Wanderley no que ele traz sobre Universidade:

Para mim, a universidade é um lugar – mas não só ela – privilegiado para **conhecer a cultura universal e as várias ciências**, para criar e divulgar o saber, mas deve buscar uma identidade própria e uma adequação à realidade nacional. Suas **finalidades básicas são o ensino, a pesquisa e a extensão**. Ela é uma **instituição social** que forma, de maneira sistemática e organizada, os profissionais, técnicos e intelectuais de nível superior que as sociedades necessitam. Situa-se na esfera da superestrutura, dentro da Sociedade Civil, mantendo vínculos com a Sociedade Política e a base econômica. **Serve normalmente à manutenção do sistema dominante, mas pode também servir à transformação social. Deve ter ampla autonomia para cumprir suas finalidades, garantindo o pluralismo de**



REVISTA CAPIM DOURADO

Diálogos em Extensão

ISSN nº 2595-7341 Vol. 6, n. 3, Set-Dez., 2023

ideias e a liberdade de pensamento. Em alguns países cumpre papel destacado na formulação da política científica e tecnológica, na crítica das teorias que informam o desenvolvimento e no fornecimento de subsídios para a sua implementação e execução. Em todas as sociedades, mas principalmente nas dependentes, cabe-lhe exercer ***tarefas urgentes de compromisso social*** (Wanderley, 1984, p. 11).

Os grifos em destaque na citação trazem questões que são importantes no debate na história da formação da universidade brasileira e que não tem sido diferente para a UFT, desde sua origem. A ideia de pensar a universidade como espaço para se conhecer a cultura universal é muito nobre, mas também carregada de contradições.

Cabe pensar: como a universidade brasileira constituiu espaço para dialogar com outras culturas, e outros sujeitos sociais? Em outros espaços fora da Universidade? E como o tripé ensino, pesquisa e extensão se articulam com as culturas camponesas, indígenas, ribeirinhos, entre outras populações e comunidades? Quais são as articulações com as populações pobres, crianças e adolescentes que estão nas escolas públicas?

São inúmeros questionamentos que demonstram a necessidade de caminhar para uma formação crítica e que direcione para uma transformação social, ou seja, o educar e o educar-se na prática da liberdade a fim de estabelecer um diálogo com aqueles que, “[...] quase sempre, pensam que nada sabem, para que estes, transformando seu pensar que nada sabem em saber que pouco sabem, possam igualmente saber mais” (Freire, 1983, p. 15).

Dessa forma, o Dossiê **“Comunicação de Saberes: diálogos interdisciplinares e ações educativas transformadoras e o papel da extensão”** da Revista Capim Dourado tem como objetivo principal ser espaço de divulgação de artigos científicos e de relatos de experiências no campo da extensão universitária articulando as contribuições da extensão no processo de aproximação de saberes da universidade e das comunidades.



Assim, para estabelecer uma comunicação eficiente entre universidade e comunidade, o caminho mais viável é a extensão. A proposta em tela visa divulgar o protagonismo de ações educativas e diálogos interdisciplinares transformadores disseminados na sociedade, pois não é possível formar sujeitos que irão transformar o meio em que estão inseridos sem problematizar a estrutura que enseja sua capacitação técnica e visão de mundo.

Sendo este o fio condutor abrimos o Dossiê com o texto intitulado “**As estratégias de articulação do LuteCom e o tripé universitário: o ensino, a pesquisa e a extensão nos territórios**”, apresenta o trabalho desenvolvido pelo o Laboratório de Estudos em Ludicidade, Tecnologia e Comunicação (LUTECOM) organizado no Setor Litoral da Universidade Federal do Paraná (UFPR), que tem articulado o ensino, a pesquisa e a extensão de forma a construir propostas metodológicas com as diversas comunidades integrando pesquisadores, lideranças, discentes da graduação e da pós-graduação.

Seguindo a trilha o texto “**Continuidade das atividades extensionistas em tempos de pandemia: resignificando e conectando saberes**” descreve dados do projeto de extensão “Café científico: vamos falar de ciência?”, realizado na Universidade Federal do Tocantins (UFT) – *Câmpus* Arraias que teve como objetivo oferecer formação para estudantes e professores voltado para o trabalho com Metodologia de pesquisa no período da pandemia.

O texto “**Projeto Crescendo sem Cárie: educação em saúde bucal em creches públicas municipais de Manaus**”, relata as atividades educativas de educação e saúde desenvolvidas com pais ou responsáveis e os profissionais da educação com o intuito de estimular hábitos e alimentação saudáveis, que contribuam para a redução dos agravos em saúde bucal e melhoria da qualidade de vida dos indivíduos.

Para trazer os desafios da extensão o texto “**Educação Popular e Extensão**



Universitária: reflexões necessárias e desafios atuais” tece considerações acerca da educação popular e a extensão universitária, destacando os desafios e articulando a Educação Popular com as ações de extensão.

O texto “**Pesquisa e Extensão no enfrentamento à violência sexual: um relato de experiência**”, traz um debate importante em relação as ações educativas de enfrentamento à violência sexual contra crianças e adolescentes, apresenta ações do projeto “Prodeca faz bonito: Oficinas de Combate ao Abuso e à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes”.

Na sequência, o trabalho “**O Espaço Lúdico Pedagógico como território do brincar, da criação e da descoberta: um relato de experiência do Caum**” trata do resultado do Projeto de Extensão “Espaço Lúdico Pedagógico” (LUPE) da Universidade Federal do Tocantins (UFT). Objetiva relatar e demonstrar a importância do local, das experiências, das descobertas, das criações e das brincadeiras para o desenvolvimento psíquico das crianças de 4 a 8 anos de idade.

Neste caminho o texto “**Etnoconhecimento e Educação do Campo: integração dos saberes na formação de Estudantes Campesino**” apresenta discussões sobre a educação do campo relacionando o etnoconhecimento como fundamento para a formação de estudantes camponeses e, ainda, como material de aporte para instigar a prática docente de profissionais que lecionam em escolas situadas no campo.

Sobre as ações extensionistas transformadoras debruçamo-nos sobre o texto “**Extensão Universitária em uma Comunidade Quilombola: diálogos interculturais para uma educação antirracista e decolonial**”, discute as ações do projeto integrado de ensino, pesquisa e extensão desenvolvidas com a comunidade remanescente quilombola Beco do Caminho Curto pela Universidade da Região de Joinville. As diversas ações do projeto, visando a curricularização da extensão em cursos de graduação, têm contribuído para a decolonização dos currículos

acadêmicos.

Aliás, a busca por fornecer conhecimento de qualidade a comunidade é o enfoque do texto “**Extensão Universitária em pauta no Podser Ciência, o Podcast da Universidade Federal De São Paulo**” que apresenta o podcast *Podser Ciência*, o objetivo do texto é compreender sistematicamente o contexto de produção desse meio de comunicação, considerando-o uma maneira de proporcionar informações de qualidade àqueles que mais precisam, sendo a universidade pública e socialmente referenciada a entidade capacitada para fazê-lo.

O trabalho da UMA/UFT é descrito nesse texto “**Memórias de brincadeiras de pessoas idosas da Universidade da Maturidade, da Universidade Federal do Tocantins (UMA/UFT)**”, este é uma apresentação dos resultados, depoimentos de pessoas idosas sobre brincadeiras e interações com crianças durante a construção de brinquedos com resíduos sólidos.

A força das práticas extensionistas é evidenciada no artigo “**O Tangram como estratégia lúdica/gamificada nos processos de ensino e aprendizagem de geometria: uma experiência do Probex/UFPB na Educação Escolar Indígena**”, analisa as atividades sobre o Ensino de Geometria e uso do Tangram e apresentam os resultados principais do trabalho realizado articulando a Universidade e Escola, na integrar diferentes saberes e práticas matemáticas no contexto da educação escolar indígena paraibana.

O texto “**Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência: uma experiência fundamentada na pedagogia histórico-crítica**” evidencia o trabalho realizado no espaço de vivência em sala de aula , destacando aspectos como formação, planejamento e a realização de atividades fundamentadas na Pedagogia Histórico-crítica.

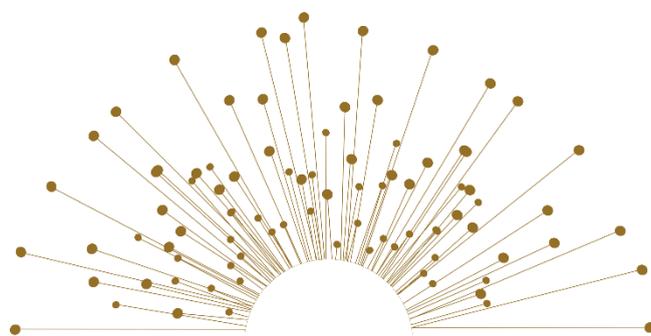
A provocação sobre a importância da extensão pode ser encontrada no texto “**Desafios e possibilidades da educação superior na contemporaneidade: a**

experiência do projeto “Rap Lab” como atividade de extensão universitária” o debate dos desafios da universidade e analisado a partir da experiência do Projeto “Rao Lab”, os autores discute atividade como extensão universitária e a importância da curricularização da extensão frente aos desafios educacionais e sociais da contemporaneidade.

No decurso dessas pesquisas vislumbramos transformações sociais no texto **“Educação em Saúde em uma comunidade quilombola do norte brasileiro: um relato de experiência”** apresenta a educação e saúde como uma estratégia para a promoção de comportamentos e hábitos de vida saudável em uma comunidade quilombola tendo a higiene como um conjunto de ações e escolhas que sustentam uma vida saudável, a qual envolve aspectos individuais e coletivos - como a adoção de hábitos de autocuidado como também o acesso a condições mínimas à água potável e saneamento básico.

Encerramos essa vereda com uma denúncia intitulada **“Violência Sexual contra crianças e adolescentes em escolas em da zona rural do Tocantins”**, o trabalho identifica as características da violência sexual em escolas da zona rural numa cidade de médio porte na região central do Tocantins. Os participantes relataram não terem tido formação para trabalhar com a temática na escola e apresentaram entendimentos diversos acerca da legislação, do manejo dos casos e da rede de proteção. Percebe-se a urgência e necessidade de capacitação e formação continuada dos participantes. Ademais, em que pese, o fato de serem escolas do perímetro rural, conforme relatado, a dificuldade é maior, no que se refere ao suporte organizacional.

O leitor tem em mãos um conjunto rico e diverso de reflexões a respeito das ações extensionistas interdisciplinares, esperamos que este Dossiê contribua significativamente para uma apropriação crítica e reflexiva que impulse o verdadeiro papel que cabe a Universidade no processo de extensão: **transformar o**



REVISTA CAPIM DOURADO

Diálogos em Extensão

ISSN nº 2595-7341 Vol. 6, n. 3, Set-Dez., 2023

undo e humanizar o homem.

Boa leitura e reflexão.

Referências Bibliográficas:

BRASIL. Ministério da Educação – MEC, Conselho Nacional de Educação. **Resolução CNE/CES Nº 7**, de 18 de dezembro de 2018. Brasília: 2018.

BRASIL. Ministério da Educação – MEC, Conselho Nacional de Educação. **Parecer CNE/CES No 608/2018**. Brasília: 2018.

CHAUÍ, Marilena. A Universidade pública sob nova perspectiva. **Revista Brasileira de Educação**, n. 24, Set/Out/Nov/Dez: São Paulo, 2003.

FREIRE, Paulo. **Extensão ou comunicação?** Trad. Rosisca Darcy de Oliveira. 13 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2006.

_____. **Extensão ou comunicação?**. 7 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

GADOTTI, Moacir. **Extensão Universitária: para quê?**. Unifap, 2017. Disponível em: https://www2.unifap.br/prosear/files/2023/06/arq20230615_Extensao_Universit-MoacirGadotti_fev2017.pdf . Acesso em: mar. 2024.

GADOTTI, Moacir. Perspectivas atuais de educação. São Paulo: **Em Perspectiva**, 14(2) 2000.

REZENDE, Antonio Muniz de. **O saber e o poder na Universidade: Dominação ou serviço?** 14 ed. São Paulo: Cortez: Autores Associados, 1981.

SANTOS JÚNIOR, Alcides Leão. **A EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA E OS ENTRELAÇOS DOS SABERES**. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Federal Da Bahia, Faculdade De Educação - Programa De Pós-Graduação Em Educação: Salvador, BA: 2013.

SANTOS, Renato Quintino dos. **Educação e Extensão: domesticar ou libertar?** Petrópolis: Vozes, 1986.

WANDERLEY, Luiz Eduardo W. **O que é universidade?**. 2 ed. Brasiliense: São Paulo, 1984.